



# notícias

Informativo do Instituto Florestal - ANO 2 Nº 5 Julho / Agosto / Setembro 2010



Foto: <http://essetalmeloambiente.com>

## IF PRESENTE NOS DEBATES SOBRE O CÓDIGO FLORESTAL

O Instituto Florestal (IF) tradicionalmente acompanha e atua nas questões relacionadas à legislação florestal e ambiental, trabalho esse que hoje se faz necessário diante das discussões envolvendo o Código Florestal. Um dos primeiros instrumentos jurídicos brasileiros nessa área, o Código sempre gerou muita polêmica por interferir na restrição ao direito de propriedade.

O IF está historicamente ligado aos debates sobre o Código Florestal. Seu primeiro diretor, Alberto Löfgren, em 1901, ainda no tempo do antigo Horto Botânico e Florestal, apresentou um documento à Câmara dos Deputados objetivando a proteção e a regulamentação da exploração de nossas matas - iniciativa pioneira no país. A proposta não prosperou, pois já existiam setores contrários à existência de uma legislação limitando seus direitos. Nova iniciativa surgiu em 1912, pelas mãos de outro ex-diretor à época do Serviço Florestal, Edmundo Navarro de Andrade.

O primeiro Código Florestal foi promulgado em 1934. O atual Código é de 1965, mas a iniciativa para a reforma da Lei da década de 1930 antecede a Ditadura Militar. Já antes de 1960, nosso ex-diretor Roberto de Mello Alvarenga participou de uma comissão para sua revisão.

Em 2001, com a polêmica surgida a partir de 1999 – ano do Projeto de Lei 1.876, que propunha mudanças no Código e que, em conjunto com outras propostas, é atualmente alvo de debate –, o IF reuniu seu corpo científico para discutir a proposta de um de seus pesquisadores que iria subsidiar a Secretaria do Meio Ambiente sobre a Medida Provisória que seria editada em março de 2000.

Seguindo a tradição, o IF reuniu, em 29 de setembro, seus funcionários para a discussão das atuais propostas. Veja na página 8 o posicionamento da engenheira florestal e consultora na área socioambiental Maria José Brito Zakia, que participou como palestrante ■

*Comissão da Câmara dos Deputados votando proposta do deputado federal Aldo Rebelo*

### Nesta Edição



*Cerrado é pesquisado em laboratório de Assis, pág. 7*



*IF no monitoramento do Rodoanel, pág. 5*



*Sementes e mudas em debate, pág. 6*



## IF NO CONSEMA E NO CONSELHO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Foto: José D. Senhorinho



A experiência de mais de 100 anos de história e a capacidade técnico-científica credenciaram o Instituto Florestal a ser o mais novo integrante do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) e do Conselho de Ciência e Tecnologia da Prefeitura de São Paulo. A voz de nossa instituição passa a enriquecer os trabalhos desses órgãos, sempre na perspectiva de contribuir com ações que consolidem a defesa do meio ambiente, a produção de conhecimento e o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis. Esses objetivos estão em nosso dia a dia conforme o leitor pode conferir neste IF Notícias, em que destacamos o encontro para discutir as mudanças do Código Florestal.

Boa leitura!

**Rodrigo Antonio Braga Moraes Victor**

Diretor Geral do Instituto Florestal

### Aconteceu



■ A pesquisadora científica do IF, Sandra Monteiro Borges Florsheim, foi escolhida para receber a medalha “Cinquentenário das Forças de Paz do Brasil”, da Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz da ONU. A condecoração ocorreu no Guarujá durante as comemorações do 23º aniversário do 3º Batalhão de Polícia Ambiental, em 24 de setembro.



■ O pesquisador científico do IF, Paulo Ricardo Brum Pereira, defendeu no Centro de Energia Nuclear na Agricultura da USP sua tese de doutorado “Distribuição espacial do carbono no solo e avaliação dos fluxos dos gases de efeito estufa (CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O) em áreas de vegetação de Cerrado, *Pinus spp* e *Eucalyptus spp* na Estação Experimental de Mogi Mirim (IF/SMA – SP)”.



■ O VI Festival da Cerejeira do Horto Florestal, promovido pelo IF e pela Associação de Bolsistas da JICA (Japan International Cooperation Agency), aconteceu entre 11 a 25 de julho no Parque Estadual Alberto Löfgren. Os visitantes puderam apreciar a florada das cerejeiras do Arboreto 500 Anos e percorrer a Trilha do Descobrimento com suas 50 espécies da Mata Atlântica.



■ Dando sequência à parceria internacional firmada entre o IF e a Faculty of Design of the University of Applied Sciences, sediada em Darmstadt, na Alemanha, o Parque Estadual Alberto Löfgren recebeu no mês de julho um novo grupo de estudantes que iniciou o desenvolvimento de um projeto de comunicação visual para o Parque.



■ Em 13 de agosto foi realizada a festa do 25º aniversário da Estação Ecológica de Angatuba. O evento contou com a presença do Diretor Geral do IF. A Unidade de Conservação de Proteção Integral possui uma área de 1.394,15 ha e se destaca por ser uma zona de contato de importantes remanescentes de Cerrado e Mata Atlântica.

### Expediente

IF NOTÍCIAS é uma publicação trimestral do Instituto Florestal. A reprodução das informações é permitida desde que citada a fonte.

**EQUIPE RESPONSÁVEL:** Priscila Weingartner, Leni Meire P. R. Lima, Carlos H. S. Souza, Isabel Nunes e Isaías Lima. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Dimas Marques (MTb 26011/SP). **PROJETO GRÁFICO/EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** Leni Meire P. R. Lima, Regiane Stella Guzzon, Paula Cristina Corrêa da Silva. **COLABORAÇÃO:** Antonio Orlando L. F. Neto, Barbara Heliadora Soares do Prado, Fernanda Jacinto, Gisa Ruland, Giselda Durigan, João Régis Guillaumon, José D. Senhorinho, Márcia Balistiero Figliolia, Maria José Brito Zakia, Paulo Andreetto de Muzio, Ricardo G. Montagna, Sandra M. B. Florsheim, Sílvia Jordão, Paulo Ricardo Brum Pereira, Viviane S. Ramos, Yara C. Marcondes.

**TIRAGEM** 2.000 exemplares. Distribuição gratuita.

**CONTATO:** Rua do Horto, 931 CEP 02377-000 São Paulo SP

Fone (11)2231-8555 ifnoticias@if.sp.gov.br www.iflorestal.sp.gov.br



SECRETARIA DO  
MEIO AMBIENTE







Angatuba abriga Mata Atlântica e Cerrado

## O CERRADO E O PLANO DE MANEJO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ANGATUBA

A Estação Ecológica de Angatuba, Unidade de Proteção Integral do IF, foi criada por meio do Decreto Estadual 23.790 de 13 de agosto de 1985, compreendendo uma área de 1.394,15 ha. Ela se destaca por preservar um dos poucos remanescentes de Cerrado no Estado, além de trechos de Mata Atlântica. Sua finalidade é assegurar a integridade dos ecossistemas existentes e de proteger flora e fauna, bem como a utilização para objetivos educacionais e científicos.

A Estação Ecológica de Angatuba localiza-se dentro dos limites da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema, em áreas dos municípios de Angatuba e Guareí. Originalmente essa bacia possuía uma das biotas mais ricas do Estado de São Paulo, por ser uma zona de contato entre diferentes formações vegetais. No entanto, em função do modo de ocupação humana, grande parte dessas formações foram devastadas. Atualmente restam cerca de 15% de vegetação nativa na bacia, onde apenas 4,7% é representado pela Floresta Estacional Semidecidual (um tipo de Mata Atlântica) e 0,3% pelo Cerrado.

Cabe ressaltar que toda a área da Estação Ecológica de Angatuba foi utilizada para agricultura e pecuária e após a criação da Unidade de Conservação pelo Governo do Estado de São Paulo houve importante recuperação de suas formações naturais. Assim, as áreas de Cerrado e de Floresta Estacional foram sendo naturalmente recuperadas ao longo do tempo. Atualmente elas apresentam diferentes fisionomias vegetacionais e abrigam uma alta diversidade de espécies vegetais e animais, sendo muitas delas ameaçadas de extinção.

Dentre as espécies de animais ameaçadas destaca-se o mico-leão-preto, primata dado em determinado período

como extinto e redescoberto na década de 1970 no Pontal do Paranapanema (extremo Oeste do Estado). Outras espécies da fauna registradas, que também constam nas listas das ameaçadas de extinção, são o tamanduá-bandeira, o lobo-guará, a onça-parda, a jaguatirica, a lontra, a raposinha-do-campo, o gato-do-mato, o veado-mateiro e as aves araponga, pavó e azulão.

### O Plano

O Plano de Manejo da Estação Ecológica de Angatuba foi iniciado em 2007 e concluído em fevereiro de 2009. Os trabalhos de elaboração foram coordenados pelos biólogos Bárbara Heliodora Soares do Prado e Antonio Cecílio Dias e pelo engenheiro agrônomo Claudio Henrique Barbosa Monteiro e contaram com a participação direta de 32 pesquisadores do Instituto Florestal. O processo de confecção considerou um amplo envolvimento comunitário por meio de oficinas participativas e reuniões periódicas do seu Conselho Consultivo.

A fase do diagnóstico do Plano de Manejo abrangeu as temáticas voltadas aos estudos dos meios biótico, físico e humano. Esses trabalhos preliminares proporcionaram as condições para a realização da fase seguinte: o planejamento da unidade.

Nessa fase foram elaboradas a avaliação estratégica da Estação Ecológica, os objetivos de manejo, o zoneamento, as normas de uso das zonas estabelecidas e, por fim, os programas de manejo.

Atualmente o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Angatuba está sendo implantado por meio de Termo de Compensação Ambiental celebrado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Usina Guarani – Unidade Tanabi ■



[http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano\\_de\\_manejo/index.asp](http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano_de_manejo/index.asp)

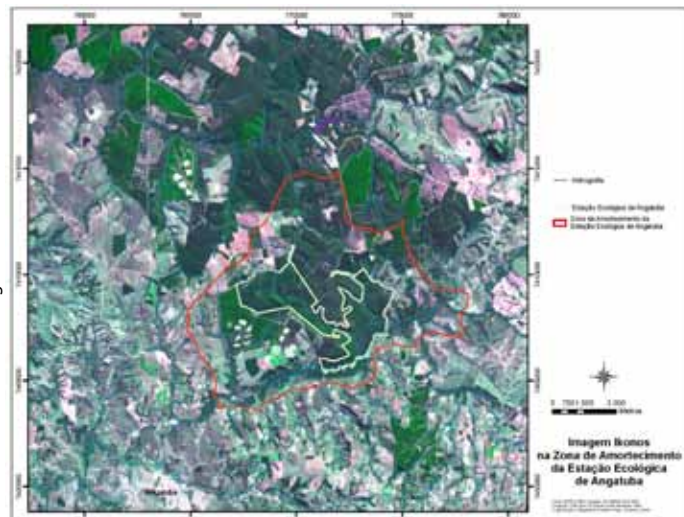


Imagem do satélite SPOT

por Isabel Nunes - Divisão de Florestas e Estações Experimentais

O nosso dileto hospital é reconhecidamente um dos melhores centros de especialidades da Capital. O movimento é sempre intenso; multidões atropelam-se pelos corredores, elevadores e escadas, por todos os andares do ambulatório! Sentados, apoiados nas paredes ou agachados, aguardam ser chamados pelo nome ou senha. O painel eletrônico não dá sossego com o aviso sonoro estridente, incomodando o sono que insiste em apoderar-se de corpos cansados. Por outro lado, é triste não ouvi-lo, sinal de que a cada minuto silencioso, mais tempo esperando.

Dentre tantas inovações nos últimos anos, como marcar consulta pela internet, convênios com clínicas e médicos particulares, colocação de mais bancos de espera, carteirinha nova, enfim, a terceirização; temos novos bebedouros! Sim, porque os velhos viviam secos. Temos bebedouros modernos instalados em todos os andares, em todo o hospital!



São fixos na parede e pode-se decidir se deseja água gelada ou simplesmente fria! Muito bom!

Certo dia, uma mulher estava sentada bem diante de um desses. Ela não tirava os olhos do “famoso” e de um copo que, emborcado por cima dele, boiava num líquido acumulado. Uma pessoa serviu-se do copo “salvador” enchendo-o de água “puríssima”. Bebeu com satisfação e regalo, repetiu o gesto oferecendo um golinho para a criança que passou a língua pelos lábios, depois o emborcou no agora “suporte de copo dançante”! Uma outra sedenta matou a sede da mesma forma. Em seguida outra e outra, nunca esquecendo de devolver o copo exclusivo do bebedouro no mesmo local!

Indignada, não suportando assistir a tão epidêmica cena, a mulher chamou a atenção da companheira de banco: “Veja! Todos usam o mesmo copo!”

Com um solavanco nos ombros e olhar perdido, a outra resmungou:

- Ué! Não tem outro... ■

## Entrevista

**NOME** | Gisa Ruland  
**FUNÇÃO** | Especialista em Planejamento da Paisagem

*Doutora em Planejamento da Paisagem, atualmente trabalha em escritório de paisagismo na Áustria com projetos para melhoria da vida dos pedestres nas cidades. Estagiou no IF em 1980.*



**IF Qual foi sua formação na Alemanha?** Diplomei-me em Planejamento da Paisagem e fiz meu doutorado na Universidade de Hannover, também na área de Planejamento da Paisagem.

**IF Em que tipos de trabalhos você participou antes de mudar para a Áustria?** Trabalhei para um escritório de paisagismo na avaliação do impacto ambiental de projetos de construção de estradas.

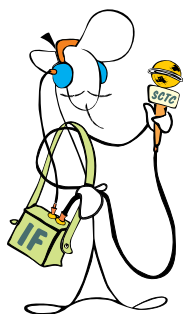
**IF Qual é a sua ocupação profissional hoje na Áustria?** Gerencio um escritório de paisagismo em Viena. Trabalho com projetos para melhorar a vida dos pedestres nas cidades, especialmente em Viena. Outro ponto importante é o da qualidade da

paisagem no entorno das novas moradias do centro e também das cidades em si.

**IF Como lhe ocorreu a idéia de estagiar no IF?** Durante meu curso na universidade, eu precisava fazer um estágio. Na ocasião, Felisberto Cavalheiro (professor do curso de Geografia da USP) fazia o seu doutorado na mesma universidade de Hannover e me ajudou a conseguir o estágio.

**IF Em quais trabalhos você participou no IF?** Meu estágio foi em 1980, durante três meses. Trabalhei com o grupo do Régis (pesquisador científico do IF, João Régis Guillaumon, atualmente aposentado). Visitei alguns parques no Estado e consegui participar do projeto de um pequeno lago no parque do Instituto (Alberto Löfgren).

**IF Que importância teve esse estágio para sua vida profissional?** Esse estágio teve efeito importante sob vários aspectos. No nível profissional, ganhei experiência para trabalhar com áreas naturais em países tropicais e em uma região tão populosa como São Paulo. Em 1996 fui para a Nicarágua participar de um projeto de impacto ambiental em área de mineração. Durante esse trabalho aproveitei as experiências vivenciadas no Instituto Florestal ■



*“...ganhei experiência para trabalhar com áreas naturais”*

## ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ITAPETININGA: VANGUARDA EM PINOCULTURA

Nossas Unidades

Foto: Acervo E.E. de Itapetininga



1963: seminário ajudou a difundir a pinocultura

Criada no final da década de cinquenta, a Estação Experimental de Itapetininga está comemorando 50 anos de efetivo plantio do gênero pinus, especificamente o *Pinus elliottii* var. *elliottii*. Com forte identidade com a pesquisa, a experimentação, a conservação e a difusão tecnológica, a unidade especializou-se nessa cultura e transformou o Instituto Florestal em uma referência em pinocultura.

Para o desenvolvimento dessa vocação, em 1963 o Governo do Estado promoveu na Estação Experimental o “Encontro Regional de Silvicultura”. O evento foi organizado sob a premissa “plantar árvores: bom negócio” e reuniu autoridades

estaduais e locais, além da participação de fazendeiros interessados em conhecer a nova espécie que era difundida em larga escala nas terras da unidade.

Em meio século de atividades florestais, o *Pinus elliottii* ganhou papel fundamental nos plantios do sudoeste do território paulista. O melhoramento genético desenvolvido na Estação proporcionou ganhos expressivos na produção de madeira e resina. No tocante à resinagem, a Estação tem importante função no cenário regional, pois, além da produção de resina, é um referencial aos interessados em iniciar na atividade.

Ao longo desses anos, o Brasil passou de importador para exportador de resina, fenômeno que contou com a contribuição dos trabalhos realizados na Estação.

Atualmente, a Estação Experimental de Itapetininga mantém os objetivos de promover e incentivar a integração entre a produção, o progresso científico e tecnológico e a conservação da diversidade por meio do manejo florestal sustentável com fins econômicos, sempre promovidos por pesquisas e experimentações voltadas à produção do território florestal e pela recuperação e conservação de áreas naturais ■

 [http://www.iflorestal.sp.gov.br/areas\\_protegidas/index.asp](http://www.iflorestal.sp.gov.br/areas_protegidas/index.asp)

## IF PARTICIPA DE TRABALHO PARA MONITORAR O RODOANEL

O Instituto Florestal em parceria com a Fundação Seade, a Emplasa, a Secretaria Estadual de Planejamento e o Dersa desenvolveu o “Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana, Cobertura Vegetal e Dinâmica Demográfica da Área de Interesse da Monitoria do Rodoanel Mário Covas - Trecho Sul”. A ação foi articulada em atendimento a uma exigência condicionante para o licenciamento da operação do Trecho Sul do Rodoanel (parecer DAIA 044/2006), na qual foi solicitado o monitoramento da dinâmica de três variáveis: demografia, uso do solo e cobertura vegetal nativa.

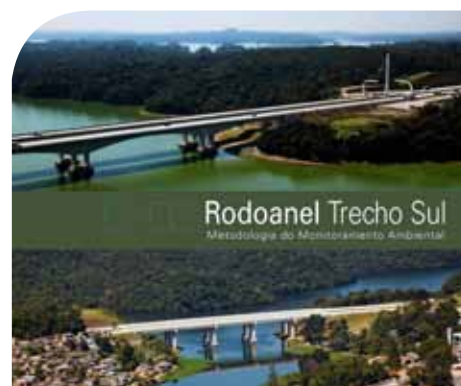
No início de 2011 será lançada a publicação “Rodoanel Trecho Sul – Metodologia de Monitoramento Ambiental”,

com a história e as bases metodológicas do desenvolvimento desse sistema - que tem um caráter totalmente inovador e seu ponto central na integração interinstitucional,

representada por um Grupo de Trabalho.

O período de monitoria deve se estender por até 20 anos. O sistema é aberto a parcerias e possui capacidade de multiplicação para outros trechos do Rodoanel e até outros empreendimentos ■

## Parcerias



Capa da publicação a ser lançada em 2011



## PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE SEMENTES E MUDAS FOI DISCUTIDA NO IF



Foto: José D. Senhorinho

Participantes foram divididos em grupos de trabalho para elaborar propostas

Com a participação de 88 pessoas, a reunião técnica para análise da Instrução Normativa de Produção e Comercialização de Sementes e Mudas Florestais resultou na elaboração de diversas propostas para a confecção da normativa, além de prorrogar o prazo das consultas públicas até dezembro. O encontro, realizado em 9 de agosto na sede do IF, teve como objetivo reunir produtores e profissionais para debater e elaborar contribuições à proposta, que foi colocada em consulta pública pelo Ministério da Agricultura - portaria 320 de 25 de junho de 2010.

Além de divulgar o processo de implantação do Sistema Nacional de Sementes e Mudas, a reunião subsidiou produtores e profissionais para identificar as dificuldades de atendimento e formular suas sugestões à consulta pública. Além dos representantes do Ministério do Meio Ambiente e da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente, participaram do encontro 45 instituições.

Entre as organizações privadas havia duas empresas do setor florestal de celulose, viveiros particulares e pessoas físicas que atuam na produção ou coleta. Uma universidade, viveiros de Unidades de Conservação estaduais, secretarias Municipais e do Estado de Meio Ambiente, o IF, o Instituto de Botânica, a Fundação Florestal e o Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral foram algumas das instituições públicas que enviaram representantes.

Dentre as propostas elaboradas destacam-se a simplificação das regras e dos formulários, a revisão e prorrogação do prazo para o funcionamento e adequação às normas – pelo fato de que a maior parte da produção é realizada por pequenos e médios produtores -, a exclusão das taxas de registro de espécie e de análise de sementes ao pequeno produtor e comunidades tradicionais e a inclusão dessas comunidades no conceito de pequenos produtores.

As principais necessidades apontadas foram a formulação de políticas públicas para viabilizar a qualificação do setor, a capacitação dos agentes envolvidos, as remissões para legislações específicas, a criação de procedimentos para os produtores que atuam coletivamente e os cooperados, a formulação de procedimentos para caracterizar programas de fomento institucional e empresarial e a possibilidade de isenções relacionadas ao responsável técnico e aos custos para pequenos produtores.

O prazo da consulta pública foi prorrogado até 9 de dezembro de 2010, conforme solicitado pelos participantes. As propostas recebidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento serão analisadas na Comissão Técnica da CESP (Comissão Estadual de Sementes e Mudas), cuja reunião está programada para fevereiro do próximo ano ■



<http://www.iflorestal.sp.gov.br/produtos/index.asp>



Foto: José D. Senhorinho

Representantes de várias instituições participaram do evento

## SEMINÁRIO DISCUTE E APERFEIÇA PROGRAMA DE JOVENS

O Instituto Florestal (IF) e o Programa de Jovens Meio Ambiente e Integração Social – PJ-MAIS da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo realizaram, em 30 de junho e 1º de julho, o seminário “Intervenção Socioambiental como Processo Educador”. No auditório da sede do IF, o evento reuniu coordenadores dos núcleos do PJ, educandos de cada Núcleo de Educação Ecoprofissional, além de convidados que não fazem parte do Programa, mas que compareceram para conhecer o trabalho.

O seminário foi organizado para apresentar as ações do Programa de Jovens como ferramenta de intervenção socioambiental e aperfeiçoar e discutir o conteúdo programático das oficinas do PJ – Agroindústria Artesanal, Consumo de Lixo e Arte, Formação Integral, Produção e Manejo Agrícola e Florestal Sustentáveis, Turismo Sustentável e Iniciação Científica.

Na manhã do primeiro dia, palestrantes falaram sobre “Políticas de Educação Ambiental da Coordenadoria de Educação Ambiental” (Renata Galvão - Diretora do Centro de Capacitação da

Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente), “Conservando a Biodiversidade:

Experiências de Capacitação de Docentes nas Unidades de Conservação de Estação Experimental Santa Rita do Passa Quatro” (Paulo Ruffino Pereira - pesquisador científico do IF), “Experiências do Programa de Jovens Meio Ambiente e Integração Social” (Ondalva Serrano - consultora em educação ambiental e ecoprofissional) e “Ações de Intervenção Socioambiental no Parque Estadual da Serra do Mar” (Sueli Lorejan – Fundação Florestal).

No período da tarde foi realizada a exposição dos núcleos de Educação Ambiental, com as oficinas do Programa de Jovens e seus resultados. Também foram feitas análises de aperfeiçoamento dos conteúdos programáticos das oficinas, de onde surgiram novos temas que foram trabalhados na mesa redonda realizada no dia seguinte ■

Foto: Acervo RBCV



*Palestras atraíram muitos interessados*

 <http://www.iflorestal.sp.gov.br/rbcv/index.asp>

## CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO CERRADO NA FLORESTA ESTADUAL DE ASSIS

A Floresta Estadual de Assis, até o final da década de 1980, teve na silvicultura e no melhoramento genético florestal o foco de suas pesquisas. A partir de então, a conservação da natureza e a recuperação ambiental ganharam destaque e passaram a exigir respaldo científico. Mediante essa nova demanda, outros projetos foram iniciados, destacando-se a cooperação IF-Japan International Cooperation Agency (1993-2004) para “Pesquisas em Conservação de Florestas e do Meio Ambiente”. Esse projeto foi a semente do Laboratório de Ecologia e Hidrologia Florestal.

No laboratório atuam os membros do Grupo de Pesquisa do CNPq “Ecologia Aplicada à Conservação e Restauração de Ecossistemas”. São pesquisadores e técnicos de apoio à pesquisa do Instituto Florestal, professores universitários e estudantes de graduação e pós-

graduação, que são orientados por pesquisadores do IF.

O laboratório dá suporte às ações voltadas à conservação e restauração do Cerrado e da Floresta Estacional Semidecidual. Atualmente estão em andamento os projetos Estudo das Trajetórias Sucessionais e Indicadores de Sucesso na Restauração de Matas Ciliares; Ecologia, Dinâmica e Restauração do Cerrado; Manejo Adaptativo de Ecossistemas em Restauração e Estudos Hidrológicos no Gradiente Fisionômico do Cerrado ■

Foto: Carlos Henrique S. Souza



*Pesquisadora em atividade de campo*

 [http://www.iflorestal.sp.gov.br/areas\\_protegidas/index.asp](http://www.iflorestal.sp.gov.br/areas_protegidas/index.asp)



## CONSULTORA AMBIENTAL FAZ PALESTRA NO IF SOBRE AS MUDANÇAS NO CÓDIGO FLORESTAL

Foto: <http://www.revistaopinioes.com.br>



**D**urante evento organizado pelo Instituto Florestal (IF) para debater as atuais propostas de mudança no Código Florestal, realizado em 29 de setembro, a engenheira agrônoma e consultora da Práxis Socioambiental, Maria José Brito Zakia, participou como palestrante convidada. O texto abaixo, escrito pela própria pesquisadora, resume os principais pontos abordados por ela no encontro.

“As opiniões aqui emitidas têm sua origem em discussões com a pesquisadora do IF, Giselda Durigan, e vêm norteadas pelo conceito aprendido com o professor Hildebrando Herrmann de que a ciência jurídica se diferencia das ciências naturais ou exatas exatamente porque não busca a certeza ou a verdade absoluta. Trata-se de ciência interpretativa, que se molda pelo juízo de valor de seu intérprete.

O Projeto de Lei (PL) traz avanços importantes e deve ser aprimorado. O primeiro ponto a destacar é sobre a conservação do Cerrado – o mais ameaçado dos biomas brasileiros, que ainda não sabemos restaurar. A compensação no Bioma, independente dos limites estaduais, é, neste caso, interessante.

Pontos essenciais do PL precisam ser revisados, tais como o artigo 23, que no parágrafo 1º diz: *Somente poderão fazer uso dos benefícios previstos nos Programas de Regularização Ambiental .... imóveis que tiveram a vegetação nativa suprimida irregularmente antes de 22 de julho de 2008.*

A data de corte deve ser 11 de setembro de 2001, que é a data da emenda constitucional número 32, que converte em lei todas as Medidas Provisórias não votadas

até então (entre elas a MP 2.166, que reedita a MP 1.511 que aumentou a área de Reserva Legal para 80% na Floresta Amazônica e reduziu de 50% para 35% em áreas de Cerrado dentro da Amazônia Legal). Há que se lembrar que boa parte do desmatamento no Estado de São Paulo não foi feito irregularmente. Assim, muitas propriedades têm áreas a recuperar por força da mudança da lei, que vejo como bem vinda, mas que não precisa ser transformada em um “peso” aos proprietários, devendo sim desencadear parcerias para a conservação. Neste aspecto o Projeto de Lei avança ao propor instrumentos econômicos de estímulo.

Outro ponto a ser revisto é o artigo 28, que diz: *As propriedades ou posses rurais com área de Reserva Legal ... ficam obrigadas a recomposição ou compensação em relação à área que exceder a quatro módulos fiscais no imóvel, (...) - veja observação abaixo.*

Defendi, juntamente com outros, a adoção do tratamento diferenciado para as propriedades pequenas, definidas a partir do Estatuto da Terra. Em nenhum momento, porém, houve sugestão para que se descontassem os quatro módulos fiscais das propriedades médias e grandes para efeito de cálculo da Reserva Legal.

Sobre a largura de 15 metros de faixa de proteção nos cursos d’água com até 5 metros de largura, não há como aceitar faixas inferiores a 30 metros e este argumento baseia-se em estudos científicos” ■

Observação do IF Notícias: o tamanho de cada módulo fiscal varia entre 5 e 100 hectares, dependendo da região.

Foto: José D. Senhorinho



Maria José durante abertura do evento sobre o Código Florestal